



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

<u>ATIVO</u>	Exercícios Findos em	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.880.753,73	10.175.704,79
Contas a Receber	30.515.588,13	30.553.633,20
Devedores e Entidades	4.566.134,86	4.862.244,79
Adiantamentos	66.781,37	30.833,07
Creditos de Tributos e Contribuições	2.361.603,93	2.313.049,26
Almoxarido Interno	63.012,95	66.022,65
	45.453.874,97	48.001.487,76
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Investimentos		
Participações Societárias	200.886,10	200.886,10
Participações em Fundos e Condomínios	173.009,00	173.009,00
	373.895,10	373.895,10
Imobilizado		
Bens Imóveis	32.581.782,30	32.581.782,30
Depreciação sobre Bens Imóveis	-17.494.591,86	-17.494.591,86
Bens Móveis	813.163,43	811.833,83
Depreciação sobre Bens móveis	-436.684,14	-431.243,59
	15.463.669,73	15.467.780,68
TOTAL DO ATIVO	61.291.439,80	63.843.163,54


NELSON JOSÉ OAQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


MARCIA RIBEIRO
Contador - CRC/RJ Nº 0879120



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	Exercícios Findos em	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Pessoal a Pagar	366.764,24	116.330,34
Encargos Sociais a Recolher	125.755,18	86.642,44
Fornecedores	1.787.229,70	1.248.078,81
Consignações e Depósitos	757.850,44	798.266,64
Outras Consignações a Pagar - Refis e PGFN	802.397,66	686.717,39
Obrigações Sociais e Fiscais	476.728,53	460.000,00
Provisão de Férias	50.115,70	41.099,51
Provisões a Curto Prazo	18.826,00	18.826,00
Dividendos a Pagar	1.654.851,68	1.654.851,68
	6.040.519,13	5.110.812,81
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	8.241.475,41	8.241.475,41
Obrigações Assumidas pelo Governo	2.783.879,00	2.783.879,00
Provisões a Longo Prazo	31.351.621,43	35.057.155,08
Outras Provisões	0,00	0,00
	42.376.975,84	46.082.509,49
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social	16.872.235,78	16.872.235,78
Reserva de Capital	8.259.944,94	8.259.944,94
Reserva de Lucros	2.943.785,00	2.943.785,00
Reserva Legal	567.493,04	567.493,04
Prejuízo e Lucro Acumulados	-15.769.513,93	-15.993.617,52
	12.873.944,83	12.649.841,24
TOTAL DO PASSIVO	61.291.439,80	63.843.163,54


NELSON JOSÉ DA AQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


MARCIA RIBEIRO
Contador - CRC/RJ Nº 0879120



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Prestação de Serviços	13.224.965,57	23.634.209,33
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Imposto sobre serviços	- 11.023,00	- 56.612,85
PIS/PASEP	- 225.368,15	- 349.384,37
COFINS	- 883.531,89	- 1.779.285,50
RECEITA LÍQUIDA	12.105.042,53	21.448.926,61
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos Sociais	-8.249.321,39	-8.517.842,94
Serviços de Terceiros	-6.287.986,68	-7.144.900,08
Despesas Tributárias	-514.451,04	-558.685,89
Despesas Gerais	-1.420.059,87	-2.135.489,21
Outras Receitas	834.555,99	4.107.040,83
	- 15.637.262,99	- 14.249.877,29
PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO	- 3.532.220,46	7.199.049,32
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	-3.532.220,46	7.199.049,32
Imposto de Renda	0,00	-1.286.799,17
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0,00	-365.327,71
Prejuízo Líquido do Exercício	- 3.532.220,46	5.546.922,44
Quantidade de Ações	526.313	526.313
Lucro Líquido por ação do Capital Social (R\$)		10,54


NELSON JOSÉ DA QUIM JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


MARCIA RIBEIRO
Contador - CRC/RJ Nº 0879120



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTA DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.943.785,00	3.511.278,04	-22.327.773,58	6.315.685,18
Ajustes de Exercício Anteriores						787.233,62	787.233,62
Resultado do Exercício						5.546.922,44	5.546.922,44
Constituição de Reservas							
Reservas							
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.943.685,00	3.511.278,04	-15.993.617,52	12.649.841,24
Movimentação do Período							
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	16.872.235,78	8.259.944,94	567.593,04	2.943.685,00	3.511.278,04	6.334.156,06	6.334.156,06
Ajustes de Exercício Anteriores						-15.993.617,52	12.649.841,24
Resultado do Exercício						3.756.324,05	3.756.324,05
Destinação						-3.532.220,46	-3.532.220,46
Reservas							
Dividendos Obrigatórios							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.872.235,78	8.259.944,94	567.593,04	2.943.685,00	3.511.278,04	-15.769.513,93	12.873.944,83
Movimentação do Período							
						224.103,59	224.103,59


NELSON JOSÉ OÁQUIM JÚNIOR
 Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
 Diretor de Administração e Finanças



MARCIA RIBEIRO
 Contador - CRC/RJ Nº 0879120



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	Exercícios Findos Em	
	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-3.532.220,46	5.546.922,44
(+/-) AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:		
Depreciação	5.440,55	0,00
Ajustes de Exercício anteriores	3.756.324,05	787.233,62
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	229.544,14	6.334.156,06
ATIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Contas Receber de clientes	38.045,07	-1.106.759,31
Créditos de Tributos e Contribuições	-48.554,67	8.172,05
Devedores - Entidades e Agentes	296.109,93	-68.999,31
Almoxarifado Interno	3.009,70	39.148,77
Depósitos Judiciais e cauções	0,00	0,00
Adiantamentos	-35.948,30	7.281,97
Despesas Pagas Antecipadas	0,00	0,00
Imobilizado	-1.329,60	-328.760,06
PASSIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS(DECRÉSCIMOS))		
Fornecedores	539.150,89	-1.288.221,46
Depósitos e Consignações	-40.416,20	-162.072,83
Obrigações Sociais e Fiscais	16.728,53	458.734,00
Encargos Sociais a Recolher	39.112,74	84.039,17
Pessoal a Pagar	250.433,90	112.168,70
Obrigações Intragovernamentais	0,00	0,00
Obrigações Tributárias	0,00	0,00
Provisões a Férias	9.016,19	41.099,51
Outras Provisões	0,00	-351.236,06
Outras Obrigações a Pagar - Refis e PGFN	115.680,27	679.042,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Depósitos Judiciais e cauções		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))		
Obrigações Sociais e Fiscais - REFIS	0,00	-1.240.380,85
Outras obrigações (Contingências)	-3.705.533,65	-3.210.209,34
Receita Diferida	0,00	-331.293,94
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-2.294.951,06	-324.090,85
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.294.951,06	-324.090,85
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	10.175.704,79	10.499.795,64
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.880.753,73	10.175.704,79


NELSON JOSÉ OAQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


MARCIA RIBEIRO
Contador - CRC/RJ Nº 0879120



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, é uma sociedade de economia mista, constituída pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 87, de 02 de maio de 1975, entidade da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado de Transporte – SETRANS.

A CODERTE tem como objeto social:

- Projetar, construir terminais rodoviários, de passageiros e carga, terminais-garagem, abrigos de ônibus e estacionamentos públicos, terminais marítimos e fluviais;
- Cobrar e arrecadar tarifas de pedágio, e de utilização e arrendamento dos bens e serviços previsto anteriormente observada à legislação aplicável;
- Promover a análise de viabilidade técnico-econômica para implantação de vias expressas e terminais;
- Executar política comercial, criando fontes de receita;
- Executar a política de exploração de publicidade nos locais sob sua jurisdição;
- Administrar, fiscalizar e operar esses locais;
- Zelar pela segurança e bem estar dos respectivos usuários;
- Recrutar, preparar e selecionar pessoal para os seus serviços;
- Promover a construção de rodovias municipais, vicinais e de acessos a sedes municipais, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que participem de seu capital ou que tenham contratado seus serviços;
- Executar programas de manutenção de estradas municipais, mediante contratação e justa remuneração com os municípios interessados;
- Manter e explorar usinas de asfalto ou similares para utilização própria ou atendimento a órgãos públicos e empresas privadas mediante remuneração.

**NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis da CODERTE são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades do setor público, a Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela



nº 11.638/2007, aprovada em 28 de dezembro de 2007 e demais alterações, a Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, normas e instruções da Contadoria Geral do Estado – CGE e apresentadas conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFE/RJ. Em atendimento às recomendações da Auditoria Geral do Estado, constantes no Parecer da Auditoria Geral do Estado, relativa à Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas do Exercício de 2013, (Processo nº E-10/004/164/2014, folha 343, item 3.3.8), de 10/03/2014, a partir do exercício de 2014 a Diretoria da CODERTE adotou, exclusivamente, para realização da sua escrituração contábil o sistema SIAFE, utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como em função das alterações realizadas na estrutura do referido sistema buscando adequá-lo as Normas da Convergência Contábil Brasileira. (Nota Explicativa nº 02).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações estão apresentadas considerando seu valor de realização, bem como os rendimentos incorridos até a data do encerramento do balanço.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber não possuem caráter financeiro e estão avaliadas pelo valor presente, o qual é representado pelo valor dos serviços prestados no momento inicial. Não foi constituída provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques de materiais de expediente e consumo, apresentados na rubrica “Almoxarifado interno”, estão avaliadas ao custo médio das aquisições, que não excede o valor de mercado.

d) Estimativas contábeis

A administração está adotando medidas para que as estimativas sejam baseadas em fatores objetivos e subjetivos, necessários para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.



e) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, inclusive pela correção monetária especial de acordo com a Lei Federal n.º 8.200, 28 de junho de 1991. A depreciação é calculada segundo o método linear com base em taxas anuais que consideram a vida-útil econômica dos bens.

f) Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à alíquota de 5% e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, às alíquotas de 7,6% e 1,65%, respectivamente, e que são apresentados como deduções da receita de serviços na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social desde o exercício de 2017 vêm sendo apurado com base no lucro real trimestral, sendo reconhecidos segundo o regime de competência, no resultado do exercício.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL são calculados trimestralmente com base no **lucro real estimado**, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

h) Apuração do resultado

O Resultado do Exercício é apurado segundo o regime de competência.



NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CONTAS	2020	2019
Caixa e Bancos	834.225,94	504.804,22
Aplicações Financeiras	7.046.527,79	9.670.900,57
TOTAL	7.880.753,73	10.175.704,79

As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a cotas do fundo Bradesco Gov PP Referenciado DI Fundo de Investimento.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

CONTAS	2020	2019
Contas a Receber de Clientes	23.087.009,42	23.284.985,61
Outros Créditos – Cessão de Servidores	7.428.578,71	7.267.772,93
TOTAL	30.515.588,13	30.553.633,20

A administração está providenciando os necessários estudos e análises das contas a receber para determinar a necessidade de constituição de provisão para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

NOTA 6 – DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

CONTAS	2020	2019
Concessões a Receber	442.946,69	502.308,76
Bloqueios Bancários - Judiciais	1.122.348,37	1.039.758,60
Outros Depósitos	3.870,00	3.870,00
Outros Créditos a Receber (Aluguéis a Receber)	2.996.969,80	3.316.307,43
TOTAL	4.123.188,17	4.359.936,03

NOTA 7 – CRÉDITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

CONTAS	2020	2019
Imposto de Renda	2.011.204,97	1.962.650,30
Contribuição Social – CSLL	350.398,96	350.398,96
TOTAL	2.361.603,93	2.313.049,26

Os créditos relativos ao imposto de renda e à contribuição social foram apurados no fechamento dos balanços, acrescido do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e estão apresentados pelo valor original do crédito.



NOTA 8 – INVESTIMENTOS

CONTAS	2020	2019
Participações societárias	200.886,10	200.886,10
Fundo de Investimentos – FINAM	173.009,00	173.009,00
TOTAL	373.895,10	373.895,10

Os Investimentos são decorrentes de participações em ações de companhias telefônicas (planos de expansão) e outras participações até em decorrência de imposição legal e aplicações de incentivos fiscais,

NOTA 9 – IMOBILIZADO

CONTAS	2020	2019
Bens Imóveis	32.581.782,30	32.581.782,30
(-) Depreciação Bens Imóveis	(17.494.591,86)	(17.494.591,86)
Bens Móveis	813.163,43	811.833,83
(-) Depreciação Bens Móveis	(436.684,14)	(431.243,59)
TOTAL	15.463.669,73	15.467.780,68

Os critérios utilizados nos cálculos da depreciação das contas do Ativo Imobilizado são: O prazo de vida útil de cada bem e a Taxa Anual de depreciação disposta nos Anexos I e II, da Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal do Brasil – SRFB nº 162, de 31 de dezembro de 1998, e em conformidade com a CPC 27 de 26 de junho de 2009.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 16.872.235,78 está representado por 526.313 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Estado do Rio de Janeiro é detentor da maioria dessas ações, conforme demonstração:

ACIONISTAS	QUANTIDADE	PROPORÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO
	DE AÇÕES	EM REAIS	CAPITAL VOTANTE
	ORDINÁRIAS		(%)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	526.288	16.871.434,35	99,99525%
MINORITARIOS (12 INVESTIDORES)	25	801,43	0,00475%
TOTAL	526.313	16.872.235,78	100,00000%

A CODERTE não possui ações preferenciais.



NOTA 11 – RESERVAS DE CAPITAL

CONTAS	2020	2019
DOAÇÕES	4.146,00	4.146,00
SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS	7.660.183,06	7.660.183,06
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	595.615,88	595.615,88
TOTAL	8.259.944,94	8.259.944,94

O valor de R\$ 7.660.183,06 é referente aos repasses recebidos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como acionista majoritário, em 1995.

NOTA 12 – RESERVA LEGAL

Embora o artigo 193, da Lei N° 6.404/76, determine que do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Neste Exercício, deixamos de constitui-la tendo em vista o disposto no parágrafo 1° do artigo anteriormente mencionado que diz: “ *A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata parágrafo 1° do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.*”

Desta forma, em razão do exposto, verificamos que em 31 de dezembro de 2020, a Reserva Legal é de R\$ 567.493,04 e as Reservas de Capital apresentava o montante de R\$ 8.259.944,94, totalizando o valor de R\$ 8.827.437,98, correspondente a 52,31% (cinquenta e dois, trinta e um por cento) do capital.

NOTA 13 – REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Deixamos de constituir a provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado no exercício, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia, no parágrafo 1°, do artigo 38, determina que a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, poderá declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços, observando o disposto na legislação em vigor.

[Handwritten signature]
172
[Handwritten signature]



NOTA 14 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, realizados neste exercício por meio de Notas Explicativas encaminhadas a Contadoria Geral do Estado, foram:

NATUREZA DOS EVENTOS	DÉBITO	CRÉDITO
AJ000002		330.316,06
AJ000003	-258.614,27	
AJ000028	-10,90	
AJ000050		41.099,51
AJ000061		3.643.533,65
TOTAL DE AJUSTES		3.756.324,05

Os ajustes de exercícios anteriores são classificados de acordo com ofício circular GAB/CGE N° 03 de março de 2016, e N° 001 de 09 de janeiro de 2018.

- ✓ AJ000002 Cancelamento de RPP não Prescrito;
- ✓ AJ000003 Baixa Registro e Reconhecimento DEA;
- ✓ AJ000028 Desincorporação de Bens Moveis;
- ✓ AJ000050 Desincorporação de Obrigação Exercícios Anteriores – Não Intra;
- ✓ AJ000061 Desincorporação de Obrigação Exercícios Anteriores.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

- I. A administração da Companhia por intermédio do Escritório contratado Queiroz Pereira Sociedade Individual de Advocacia, realizou o levantamento das ações nas quais a Companhia figura como autora (polo ativo) bem como ré (polo passivo), nas esferas: tributária, trabalhista e cível, em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC N.º 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- II. Desta forma, com base na norma citada, tínhamos que proceder em 31/12/2020, à constituição da Provisão para Contingências Passivas, com base no valor da causa atribuído as ações que figuram no referido levantamento como polo passivo, cujo risco de perda delas pela Companhia foi considerado como **PROVÁVEL**: Provisão para Riscos Trabalhistas o valor de R\$ 2.014.378,48, Provisão para Riscos Fiscais o valor de R\$ 4.440,27 e a Provisão para Riscos Cíveis o valor de R\$ 29.8865.439,43.



CONTAS	2020	2019
Provisão para Riscos Trabalhistas	2.034.378,48	3.088.516,76
Provisão para Riscos Fiscais	4.440,27	1.039.649,35
Provisão para Riscos Cíveis	29.312.802,68	34.139.198,31
TOTAL	31.351.621,43	38.267.364,42

A diferença de R\$ 552.636,75 na Provisão para Riscos Cíveis, será ajustado contabilmente em 2021.

III. Além disso, ainda com base no referido levantamento, ressaltamos que a CODERTE figura como ré em ações judiciais de polo passivo, nas esferas Cível, Trabalhista e Tributária, cujo levantamento realizado pelo escritório contratado classifica o risco de perda dessas ações como **POSSÍVEL** ou **REMOTA**.

- Ações com risco de perda POSSÍVEL - R\$ 6.472,301,08
- Ações com risco de perda REMOTA - R\$ 7.381.218,31

Desta forma, considerando o grau de risco apontado pelo levantamento das referidas ações, não foi constituída a Provisão para Contingências para esses valores, em razão da faculdade contida na NBC TG 25.

IV. Por fim, embora o escritório contratado tenha relacionado às 142 ações da esfera cível, nas quais a Companhia figura como autora, ou seja, polo ativo (Ativo Contingente), segundo a Lei das Sociedades por Ações – FIPECAFI (2000:247) e o item 33 da NBC TG 25, as contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, mas devem ser mencionadas em notas explicativas, conforme quadro a seguir:

QUANT.	ATIVO CONTINGENTE (POLO ATIVO)	RISCO DO PROCESSO	VALOR DA CAUSA
16	Ações da Área Cível	PROVÁVEL	3.409.632.,75
46	Ações da Área Cível	POSSÍVEL	29.597.370,22
102	Ações da Área Cível	REMOTA	41.225.300,87
	TOTAL		74.232.303,84



NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

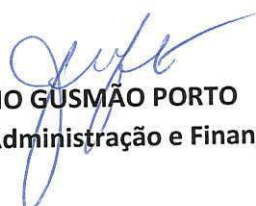
A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC passou a ser obrigatória em função da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, no entanto, as Sociedades Anônimas de Capital Fechado, só estão obrigadas a apresentá-las se o Patrimônio Líquido da empresa, na data do balanço, for superior a R\$ 2.000.000,00, e poderá ser elaborada pelo Método Direto e Indireto.

Neste Exercício a Demonstração do Fluxo de Caixa da Companhia, conforme dispõe a referida lei, foi elaborada pelo Método Indireto.

NOTA 17 – SEGUROS

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, assume o risco em relação a eventuais sinistros que possam vir a ocorrer com tais ativos.


NELSON JOSÉ OAQUIM JUNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MUCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


MARCIA RIBEIRO
Contador - CRC/RJ Nº 0879120

CODERTE

*Demonstrações Contábeis para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020 e Relatório
dos Auditores Independentes*

Premiumbravo Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Quotistas da

CODERTE – Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, RJ

Opinião com ressalva

1. Examinamos as demonstrações contábeis da CODERTE – Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
2. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, parágrafos 3, 4, 5 e 6 e exceto quantos os possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 7, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODERTE – Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

3. A Sociedade não constitui provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2020. Todavia, nosso exame indicou a necessidade de tal provisão para cobrir as perdas prováveis com cliente inadimplentes, sendo a insuficiência não provisionada naquela data no montante de R\$22.884 mil.
4. A Companhia contabilizou integralmente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 ajuste de exercício anterior, em um montante total de R\$3.756 mil. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ajustes de exercícios anteriores sejam registrados retrospectivamente por reapresentação dos valores comparativos para o período anterior em que tenha ocorrido o erro. Dessa forma, a Companhia não procedeu ao registro retroativo no exercício anterior de 2019, nem tampouco reapresentou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo naquela data, sendo o registro dessa correção de erro registrado integralmente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020.

5. A Sociedade possui saldo de contingências no montante total de R\$31.352 mil. Todavia nosso exame indicou que tal provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis com ações judiciais, sendo a insuficiência não provisionada naquela data no montante de R\$6.191 mil.
6. Em função dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 5, o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de está demonstrado a maior em R\$28.948 e o prejuízo do exercício está demonstrado a menor em R\$6.318, já líquido de efeitos tributários.
7. A Companhia possui saldo de imobilizado, em um montante total líquido de R\$15.464 mil, sem o devido controle e análise. Em face da ausência de suporte documental, não nos foi possível concluir quanto a razoabilidade do valor registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020.

Ênfase

8. A Companhia não efetuou certas divulgações em suas demonstrações contábeis, principalmente em suas notas explicativas, requeridas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade que reporta comunica informações sobre seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas apresentando e divulgando informações em suas demonstrações contábeis. A comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis torna essas informações mais relevantes e contribui para uma representação fidedigna de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade. Também aprimora a compreensibilidade e comparabilidade das informações nas demonstrações contábeis. Entretanto, assim como custo restringe outras decisões de relatório financeiro, também restringe decisões sobre apresentação e divulgação. Portanto, ao tomar decisões sobre apresentação e divulgação, é importante considerar se é provável que os benefícios fornecidos aos usuários das demonstrações contábeis ao apresentar ou divulgar informações específicas justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações.
9. Exceto quanto os possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo 7, nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

10. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

11. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
12. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

13. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
14. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
15. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 16. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 2021.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8 S/ES



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0 S/ES



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro

CODERTE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2020



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2020

**Apresentação do Relatório da
Administração acompanhado
das Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas relativas
ao exercício encerrado em 31
de dezembro de 2020.**

**RIO DE JANEIRO
2021**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

Lista de Abreviações e Siglas

FTREG – Fundação dos Terminais Rodoviários e Estacionamentos do Estado da Guanabara

SETRANS – Secretaria de Estado de Transportes

TET – Tarifa de Embarque em Terminais

TGMC – Terminal Garagem Menezes Côrtes

RIOTERP – Consórcio Rio Terminais

REFIS – Refinanciamento Fiscal

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

1 - INTRODUÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, sucessora da extinta FTREG, foi criada pelo Decreto - Lei n.º 87, de 2 de maio de 1975, sendo uma Empresa de Economia Mista, vinculada à SETRANS.

Entre seus objetivos, destaca-se a construção, reforma e administração de Terminais Rodoviários na Capital e Interior Fluminense, mediante a cobrança de TET, recebimento de aluguéis de lojas e espaços comerciais, cobrança de tarifas de ingresso em sanitários e tarifa do adeus, entre outras, diretamente ou através de terceiros, e a implantação e operação de áreas de estacionamento, na cidade do Rio de Janeiro.

Seu estatuto possibilita também que construa autoestradas e rodovias expressas autofinanciáveis pela cobrança de pedágio; promova análise de viabilidade técnico-econômica visando à implantação de vias expressas e Terminais Rodoviários; construa rodovias Municipais, vicinais e de acesso às sedes dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro que participem de seu capital, ou tenham contratado os seus serviços; mantenha e explore usinas de asfalto ou similares para utilização própria ou atendimento a outros órgãos públicos e empresas privadas.

2 – TERMINAIS RODOVIÁRIOS

Desde a sua criação, a CODERTE mostrou referência na construção, reforma, operação e administração de terminais rodoviários e áreas de estacionamento, em logradouros estaduais, próprios ou de terceiros, tendo no



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

início de suas atividades assumido a operação e administração dos Terminais Rodoviários Novo Rio, Mariano Procópio (Praça Mauá) e Terminal Garagem Menezes Cortes (Castelo).

A Companhia registra em sua trajetória a construção de 23 (vinte e três) terminais rodoviários, relacionados a seguir:

Região Metropolitana:

- 1-Terminal Rodoviário Cel. Américo Fontenelle (na Central do Brasil)
- 2-Terminal Rodoviário de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense)
- 3-Terminal Rodoviário de Nilópolis (Baixada Fluminense)
- 4-Terminal Rodoviário de Venda das Pedras (Itaboraí)

Interior do Estado:

- 1-Terminal Rodoviário de Vassouras
- 2-Terminal Rodoviário de Andrade Pinto (Distrito de Vassouras)
- 3-Terminal Rodoviário de Itatiaia
- 4-Terminal Rodoviário de Mendes
- 5-Terminal Rodoviário de Laje de Muriaé
- 6-Terminal Rodoviário de Macaé
- 7-Terminal Rodoviário de Conceição de Macabu
- 8-Terminal Rodoviário de Macuco
- 9-Terminal Rodoviário de Porciúncula
- 10-Terminal Rodoviário de Itaperuna
- 11-Terminal Rodoviário de Santo Antônio de Pádua
- 12-Terminal Rodoviário de Casimiro de Abreu
- 13-Terminal Rodoviário de Bom Jardim
- 14-Terminal Rodoviário de Cabo Frio
- 15-Terminal Rodoviário de Cachoeiras de Macacu
- 16-Terminal Rodoviário de Três Rios
- 17-Terminal Rodoviário de Paraíba do Sul
- 18-Terminal Rodoviário de Paty do Alferes
- 19-Terminal Rodoviário de Rio Claro

Durante as décadas de 80 e 90, adotando uma nova política implementada pelo Governo do Estado, que na qualidade de Ente Público de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

natureza estadual deveria e, ainda deve adotar, políticas públicas visando o crescimento dos Municípios que o compõe, bem como de trazer as condições mínimas de segurança e habitabilidade. Assim, foi promovida a construção de diversos Terminais Rodoviários pela CODERTE, nos Municípios do Interior, quase sempre com verba do Estado, e em áreas cedidas pelos Municípios, a quem caberia, mediante Convênios e/ou Termo de Permissão de Uso, a administração dos terminais rodoviários com a assunção do ônus decorrente.

Em 1990, os Terminais Rodoviários, Novo Rio e Roberto Silveira (Niterói), com mais de trinta anos de operação e em estado de obsolescência, foram objeto de processo de concessão onerosa vencido pelo Consórcio Novo Rio, para que se promovessem melhorias no serviço de apoio ao transporte rodoviário de passageiros.

Obras de infraestrutura e modernização, para oferecer mais conforto e agilidade de suas operações à população foram realizadas, revelando de imediato uma mudança radical em ambas as rodoviárias. A rápida mudança serviu para comprovar a agilidade inerente à iniciativa privada. Com base nisso, a atual administração optou por fazer a concessão onerosa de todos os outros terminais rodoviários da CODERTE, como meta de recuperação da Cia., processo que se acha atualmente em curso.

3 – ESTACIONAMENTOS

No início das suas atividades a Companhia herdou da extinta FTREG a implantação, operação e administração de todas as áreas de estacionamento situadas em logradouros públicos estaduais, situados em terrenos da Cidade do Rio de Janeiro, hoje administradas pelo Município do Rio de Janeiro; o Edifício



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

Garagem Menezes Cortes, atualmente privatizado; e Terminal Garagem Novo Rio, atualmente concedido. Com o decorrer dos anos, a empresa ampliou seus limites e custos operacionais, ao passar a atuar também nos Municípios de Niterói, Nilópolis e Nova Iguaçu.

A Companhia chegou a ter 2.500 empregados e a administrar perto de 500 áreas de estacionamento, o equivalente a 16 mil vagas, que proporcionavam atendimento a 50 mil veículos/dia, em função da rotatividade. As áreas de estacionamento eram operadas sob as seguintes modalidades: vagas rotativas, diárias, progressivas e cativas mensais.

Em 1989, o Município do Rio de Janeiro retomou todas as áreas de estacionamento em logradouros públicos, reduzindo drasticamente a receita da Companhia, que desde 1998, após a venda – privatização do Terminal Garagem Menezes Cortes passou a conviver com momentos de dificuldade, já que cortada quase toda a receita, mas mantida a despesa (não foram mandados embora de plano os empregados das áreas desativadas), o que motivou a nova administração a aceitar o DESAFIO de buscar soluções de curto, médio e longo prazo para a recuperação da CODERTE.

4 – GESTÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

4.1 – CONCESSÃO ONEROSA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

4.1.1 – CONSÓRCIO NOVO RIO

Em 30 de agosto de 1990, conforme autorização exarada no processo E-10/2232/1989 foi assinado entre a Companhia de Desenvolvimento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE e o Consórcio Novo Rio, o Contrato de Concessão Onerosa para Exploração, Operação e Administração, com exclusividade, do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos, na capital do Rio de Janeiro, bem como do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos, na cidade de Niterói-RJ, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do término das obras de reforma e ampliação dos referidos Terminais, sendo facultado à contratante, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido Contrato de Concessão por até igual prazo.

4.1.2 – CONSÓRCIO RIO TERMINAIS – RIOTERP

Em 10/05/2011, o Governador do Estado, por intermédio do Decreto N° 42.960, publicado no D.O.E.R.J. em 11/05/2011, tendo em vista o que consta no processo E-10/700.969/2009, autorizou a concessão da operação, administração, manutenção, conservação, reforma e exploração comercial dos terminais rodoviários da capital e região metropolitana do Rio de Janeiro, que são: Américo Fontenelle – Central do Brasil; Menezes Cortes – TGMC; Nilópolis e Nova Iguaçu.

Desta forma, em 09/04/2012, foi assinado entre a CODERTE e o Consórcio Rio Terminais – RIOTERP o contrato de concessão onerosa dos Terminais Rodoviários da área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no qual a Companhia aposta, ainda que a longo prazo, seja a única solução para alavancar as receitas necessárias para reforma, ampliação ou implantação de novos terminais rodoviários, sendo que tal medida passa, necessariamente, pela realização de investimentos pela concessionária, decorrente de obrigações contratuais de modo a gerar novas receitas, bem como incremento nas receitas existentes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

Assim, 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato mencionado, ou seja, em 09/05/2012, os Terminais Rodoviários concedidos foram entregues ao Consórcio RIOTERP para que se iniciasse sua gestão administrativa e operacional.

4.2 - GESTÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES FIM NO EXERCÍCIO 2020

No exercício de 2020, o resultado de forma consolidada das receitas e despesas da Companhia inclui nesse tópico as receitas auferidas das seguintes atividades:

- 1) Receitas auferidas de forma direta, mediante a administração dos Terminais Rodoviários de Mendes, Vassouras (2), Macaé, Cabo Frio, Itaperuna, Três Rios, Duque de Caxias e estacionamentos explorados diretamente pela CODERTE e também referente às vagas cativas;
- 2) Receitas repassadas pelo Consórcio Novo Rio advindas da administração dos Terminais Rodoviários Roberto Silveira e Novo Rio, por meio de concessão onerosa;
- 3) Receitas repassadas pelo Consórcio Rio Terminais Rodoviários de Passageiros S/A – RIOTERP, advindas da administração dos Terminais Rodoviários: Cel. Américo Fontenelle, Nova Iguaçu, Nilópolis e Terminal Garagem Menezes Côrtes - TGMC, por meio de concessão onerosa;

4.2.1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS E ESTACIONAMENTOS

Em função do início da gestão operacional, em 09/05/2012, dos Terminais Rodoviários concedidos ao consórcio RIOTERP, no exercício de 2016, a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

CODERTE operou diretamente o Terminal Rodoviário Prefeito Hélio de Almeida Pinto, no Município de Vassouras-RJ, o Terminal Rodoviário José Lúcio da Silva, no Município de Mandes-RJ, ambos localizados na região centro sul fluminense do estado do Rio de Janeiro. A CODERTE também passou a operacionalizar em 2017 os Terminais Rodoviários de Macaé-RJ, Cabo Frio-RJ e Itaperuna-RJ.

Os terminais rodoviários **administrados diretamente** por esta Companhia geraram a receita arrecadada total de **R\$ 4.413.007,14** (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, sete reais e quatorze centavos), decorrentes das seguintes atividades fim: cobrança de TET, bilheterias, locações comerciais e sanitários.

4.2.2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

4.2.2.1 – CONCESSÃO ONEROSA – CONSÓRCIO NOVO RIO E CONSÓRCIO RIO TERMINAIS (RIOTERP)

No exercício, por meio da **concessão onerosa** do **Consórcio Novo Rio**, a SOCICAM operou os terminais rodoviários Novo Rio e Roberto Silveira e por meio da concessão onerosa firmada em 09/04/2012, o **Consórcio Rio Terminais Rodoviário de Passageiros S/A – RIOTERP**, a partir de 09/05/2012 assumiu a operação dos Terminais Cel. Américo Fontenelle – Central, Terminal Garagem Menezes Cortes, Nova Iguaçu e Nilópolis, foi repassado para a CODERTE o valor de **R\$ 5.646.155,30** (cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), provenientes das receitas de Tarifa de Embarque, Tarifa de Acompanhante, locações comerciais, sanitários e estacionamento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS - EXERCÍCIO DE 2020

DESCRIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS TERMINAIS	VALOR EM REAIS	%
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CODERTE	4.413.007,14	43,87%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - CONSÓRCIO NOVO RIO (RODOVIÁRIA NOVO RIO E ROBERTO SILVEIRA) E CONSÓRCIO RIO TERMINAIS (CEL. AMÉRICO FONTENELLE, NOVA IGUAÇU, NILÓPOLIS E TERM GARAGEM MENEZES CORTES)	5.646.155,30	56,13%
TOTAL DA RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE TERMINAIS	10.059.162,44	100%

Desta forma, constatamos no quadro anterior que no Exercício de 2020, a Receita Arrecadada pela Administração Direta de Terminais Rodoviários pela CODERTE correspondeu a 43,87% da receita total desta categoria, enquanto que a Receita da Administração Indireta de Terminais, no mesmo período correspondeu a 56,13% do total da receita realizada.

4.3 – CESSÕES DE USO DE BENS DO ESTADO

Em 2008, por necessidade de gerar recursos para custeio das atividades administrativas e operacionais, bem como para reformar os Terminais Rodoviários, a CODERTE realizou minucioso estudo das suas atividades fim, objetivando avaliar quais atividades traria rentabilidade e liquidez imediata a fim suprir suas necessidades de ingresso de receitas.

Dentro desse contexto, a área de propriedade da Companhia, existente no 13º andar do Terminal Garagem Menezes Cortes (Castelo), foi transformada de área de estacionamento num enorme conjunto de salas e por meio de Termo de Cessão, assinado em 01/10/2009, foi cedida a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – DPGE, bem como as 120 (cento e vinte) vagas existentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

na área conhecida como Ponto IV (entre as Ruas Marechal Câmara e General Justo S/Nº), estão sendo utilizadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Com base no exposto, neste exercício a receita obtida pela CODERTE oriunda da referida Cessão à **Defensoria Pública** do Estado do Rio de Janeiro e da área explorada pelo **Ministério Público** do Estado do RJ, somou o valor de **R\$ 4.217.487,87** (quatro milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos) conforme demonstrado a seguir:

RECEITA DA CESSÃO DE USO DE BENS DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2020	
IMÓVEL CEDIDO E ÓRGÃO/ENTIDADE	VALOR EM REAIS
Receita intraorçamentária	4.217.487,87
TOTAL DA RECEITA COM CESSÃO DE BENS	4.217.487,87

5 – RECEITA REALIZADA

A Receita Realizada pela CODERTE, no exercício de 2020, em cumprimento ao Regime de Competência, conforme dispõe a Lei N.º 6.404/76, alterada pela Lei N.º 11.638/07, bem como o Decreto N.º 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), foi de **R\$ 14.317.459,73** (quatorze milhões, trezentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos) decorrentes da administração direta e indireta dos Terminais Rodoviários e das áreas de estacionamento pertencentes à Companhia, bem como, das receitas de: cessão de uso de bens do estado,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

ressarcimento de pessoal, aplicações financeiras e receitas diversas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

RECEITA TOTAL ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2020	
RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DE TERMINAIS E ESTACIONAMENTOS	VALOR EM REAIS
- TERMINAIS ADMINISTRADOS PELA CODERTE	4.413.007,14
- TERMINAIS ADMINISTRADOS PELAS CONCESSIONÁRIAS	5.646.155,30
TOTAL DA RECEITA COM A ADMINISTRAÇÃO DE TERMINAIS e ESTACIONAMENTOS	10.059.162,44
- CESSÃO DE USO DE BENS DO ESTADO (DPGE e MPRJ)	4.217.487,87
- OUTRAS RECEITAS	40.809,42
TOTAL GERAL DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2020	14.317.459,73

6 - DESPESA REALIZADA

As Despesas realizadas, deduzidas da Receita Bruta e as necessárias à gestão administrativa e operacional da Companhia, no Exercício de 2020, para operacionalização dos Terminais Rodoviários, Terminal Garagem Menezes Cortes e Áreas de Estacionamento, operadas pela CODERTE por gestão direta e/ou indireta via concessão ou licitação, bem como, as despesas administrativas da Administração Central da Companhia montaram o valor total de **R\$ 16.471.818,98** (dezesesseis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e oito centavos), distribuídas da seguinte forma: conforme demonstrado no quadro a seguir:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro –CODERTE

DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2020

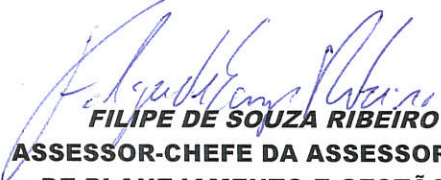
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR EM REAIS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.249.321,39
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.287.986,68
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	514.451,04
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	1.420.059,87
TOTAL GERAL DAS DESPESAS REALIZADAS	16.471.818,98

7 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício de 2020, **conforme a ótica da contabilidade societária, com seus devidos ajustes dos números citados acima**, foi apurado um prejuízo líquido do exercício de **R\$ 3.532.220,46** (três milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte reais e quarenta e seis centavos), não havendo por conseguinte incidência de IRPJ tampouco CSLL no período.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2021.


JOSÉ MUCIO GUSMÃO PORTO
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS


FILIPÉ DE SOUZA RIBEIRO
ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA
DE PLANEJAMENTO E GESTÃO